UMA EXPERIÊNCIA ENTRE O REAL E O IMAGINÁRIO: PERSPECTIVA DOS ALUNOS

Wilson Cristovam, Maria Lucineide Dióginis, Fernando Henrique Neves

Universidade Federal São Carlos - UFScar, SP. E-mail: pe.wilsoncristovam@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem por objetivo uma discussão sobre o real da sala de aula e o imaginário das teorias educacionais e o resgate da situação sócio-político da educação. É uma pesquisa qualitativa. Propõe a construção teórica a partir da realidade de sala de aula como caminho para superação do idealismo que paira nas produções científicas sobre a prática educacional. E, ainda supõe a Práxis como elemento fundamental na constituição de uma prática transformadora da educação. Apresenta o engajamento social do educador e a relevância da luta para a destinação de políticas públicas adequadas. É um convite a colocar-se do lado dos explorados da história na perspectiva de sua libertação. Tem como resultado o envolvimento de alunos de escola média ao pensar a superação dos desafios da escola.

Palavras-chave: Educação. Teorias educacionais. Práxis. Formação. Escola Pública.

AN EXPERIENCE BETWEEN THE REAL AND THE IMAGINARY: THE STUDENT PERSPECTIVE

ABSTRACT

This article aims at a real discussion of the classroom and the imagery of educational theories and the socio-political situation of education. It is a qualitative research. Proposes the theoretical construction from the reality of the classroom as a way to overcome the idealism that hangs in the scientific productions on the educational practice. And assumes the Praxis as a key element in the formation of a transformative practice of education. Presents the social engagement of the educator and the relevance of the fight for the allocation of appropriate public policies. Is an invitation to put themselves on the side of the exploited of the story from the perspective of his release. Results in the involvement of middle school students to think about overcoming the challenges of school.

Keywords: education. Educational theories. Praxis. Formation. Public School.

INTRODUÇÃO

Diante da realidade da escola pública e da vasta produção teórica acerca da educação constata-se um emaranhado de propostas e metodologias, cada qual apostando em sua própria eficácia, contudo, teorias, em princípio são generalizantes. Quando se trata da prática de ensino, algumas partem do pressuposto de que basta a predisposição para ensinar que os alunos já estão prontos e almejantes do aprender. Contudo, o próprio ser humano, dependendo das circunstâncias impõe a si mesmo demandas que nem sempre se adequa ao que foi estabelecido para o ensino oficial.

Com a universalização e obrigatoriedade do ensino básico percebeu-se que não basta incluir, é preciso, também acompanhar e desenvolver projetos que lhe dêem suporte e sustentabilidade. Faltaram projetos e investimentos em estruturas físicas e humanas. Com seu contingente ampliado a escola continua exercendo o ensino com ferramentas limitadas, lousa, giz e saliva. Constatou-se o aumento de matrículas, contudo, não foram edificadas prédios e, conseqüentemente as salas acabaram com excedentes de alunos inviabilizando o trabalho docente. No início de 2015, assistiu-se no Estado de São Paulo o fechamento de 2.700 salas de aulas e extinção de funções de apoio pedagógico.

Evidenciou-se a deficiência de aparelhamento de apoio e manutenção de projetos, além da defasagem no quadro de professores. A profissão foi perdendo o seu valor e o baixo salário, fez da profissão pouco atrativa. Por outro lado, não investir em projetos sociais que envolvam escola, família e sociedade numa perspectiva ética acarretará comprometimento da educação, pois dará oportunidade a comportamentos inadequados em ambiente escolar.

Este artigo tem como objetivo uma discussão sobre o real da sala de aula e o imaginário das teorias educacionais, o resgate da situação sócio-político do sistema educacional. Utilizou-se do instrumento técnico de coleta de informações questionários aplicado em sala de aula com resposta individual e anônima. Envolveu quarenta e sete (47) alunos num universo de cem (100) estudantes de três salas de primeira série de ensino médio. As respostas foram devidamente tabuladas para se estabelecer uma relação entre a teoria e a prática docente.

O NOVO PERFIL DA ESCOLA E O DESCASO DO ESTADO

Grande parte das teorias educacionais que sustentam o arcabouço bibliográfico das pesquisas atuais foi defendida, possivelmente em um período em que a escola era para poucos, sua realidade era absolutamente diferente, frequentavam-na os filhos das classes abastadas, enquanto que os filhos da classe trabalhadora eram obrigados a trabalhar desde cedo para ajudar

no sustento da casa.

Nas últimas décadas assistiu-se o desmonte do Estado brasileiro por conta dos projetos neoliberais. O privado e o público se confundem. As recentes denúncias de licitações fraudulentas entre outras formas de corrupção explicam o que se afirma e elevam ao retrocesso a democracia. Os direitos dos trabalhadores estão sofrendo alterações que comprometem direitos trabalhistas, a exemplo da aposentadoria, do seguro desemprego e, sobretudo de manobras políticas do Estado para desmobilizar a classe trabalhadora minimizando seu poder de luta em favor de seus próprios direitos. Um Estado com características neoliberais tem como princípio a defesa do mercado capitalista. Decorrente desta lógica não se pôde esperar investimentos ou políticas públicas que garantissem a recuperação do sistema educacional e o ensino de qualidade. Contrário disso, vêem cada vez mais vultosos recursos financeiros investidos na iniciativa privada em detrimento do público.

Segundo Nascimento (2015) somente para 2014, o Estado de São Paulo havia reservado R\$ 188,8 milhões para fazer sua comunicação. Somente no ano de 2013 com publicidade gastou R\$ 238 milhões, valor duas vezes maior que o total pago em investimentos na Secretaria de Educação do Estado R\$ 110 milhões. São empresas de comunicação e propaganda que evidentemente têm alto poder de barganha, principalmente em ano eleitoral. Geralmente os colégios recebem, anualmente, R\$ 7.900,00. Com o corte para 2015, as escolas passaram a sofrer falta de materiais básicos como papel higiênico e sulfite. Esta desproporcionalidade de investimento revela que educação não é prioridade do estado. Diante desta situação, como pensar em uma educação de qualidade no Brasil quando sequer é prioridade? Na formulação do relatório das Diretrizes Curriculares da Educação Básica destacou-se:

A LDB foi alterada pela Lei nº 10.287/2001 para responsabilizar a escola, o Conselho Tutelar [...], juiz [...] e o representante do Ministério Público pelo acompanhamento sistemático do percurso escolar das crianças e dos jovens. Este é, sem dúvida, um dos mecanismos que se for efetivado de modo contínuo, pode contribuir significativamente para a permanência do estudante na escola. (BRASIL, 2013, p. 12).

Diante disso, quem garantirá que seja cumprida? E quanto ao Estado? Quem garantirá que cumpra suas obrigações na gestão de Políticas Públicas para efetivação de uma escola de qualidade? Há uma preocupação em garantir a permanência na escola, contudo, negligencia-se na gestão do Estado condições adequadas para a formação dos alunos, o que também aparece como preocupação no referido documento: “salienta-se que, além das condições para acesso à escola, há de se garantir a permanência nela, e com sucesso” (BRASIL, 2013, p. 13).

Com a universalização da escola favoreceu-se o ingresso dos filhos da classe trabalhadora no ensino e, ainda, que o sucesso da educação depende, sobretudo de um projeto de educação que vise humanizar as relações. Paulo Freire (1921-1997) e Abramovay (2005) sugerem que a construção do conhecimento destaca-se enquanto processo de reflexão sobre a prática e o cotidiano e, que a partir desta realidade, desvela-se a teoria que está por detrás dele e que, uma vez evidenciado volta a iluminar a prática transformando-a.

Este é o movimento de ação-reflexão-ação que se brota de “dentro para fora”, ou seja, parte das necessidades, das aspirações e desejos dos envolvidos no processo do aprendizado para construir coletivamente o currículo. Kant sugeriu esclarecimento como saída da menoridade. Para ele menoridade é a incapacidade de alguém para fazer uso de sua própria capacidade de entendimento sem a direção de outrem. Nesta perspectiva o profissional da educação deve ser engajado no processo de emancipação dos que lhes são confiados. Para Freire (1986) é necessário uma decisão lúcida e profunda de quem assume esse compromisso, ou seja, ser capaz de agir e refletir sobre a sua prática.

No século do conhecimento, o educador deve lançar-se ao entendimento do real para superar a visão romântica e do imaginário de alguns pesquisadores ou gestores públicos que sequer fizeram experiência de ensino em sala de aula em escola pública. Por isso, o título “Entre o real e o imaginário”, pois a imaginação é uma forma de representação do real que se aproxima da opinião, pode ser falaz ou sensação enfraquecida por estar distante do seu objeto. Neste sentido, entende-se imaginação como: “possibilidade de evocar ou produzir imagens, independentemente da presença do objeto a que se referem” (ABBAGNANO, 2007, p. 620).

Da perspectiva dos alunos, dirão eles o que pensam da sua escola. Neste artigo entende-se que alguns discursos construídos acerca da educação estão distantes da realidade, conservando uma imagem ideal de ensino que por sua vez não contempla a realidade complexa dos sujeitos que dele fazem parte, professores e alunos. O primeiro atua sobre tensões que vão de sala de aula à desvalorização de seu trabalho pela baixa remuneração se comparados a outras classes trabalhadoras no mesmo nível de formação. Aos alunos, pelo descaso da gestão pública que acredita que educação se constrói com saliva, giz, cadeiras e mesas em uma sala mal ventilada e insalubre.

PROPOSIÇÕES PARA UMA TEORIA EDUCACIONAL COMO PRÁXIS

A práxis é vista como uma realidade que se descortina na reflexão e ação, sendo assim a práxis pode influir na prática do ensino? Uma breve consideração sobre as teorias educacionais

poderão nos dar parâmetros para refletir sobre o que se tem proposto em termos de uma ação refletida que ilumina o próprio agir do professor. Com Boff (1993) e Freire (1998) pôde-se inferir que no interior da Práxis é possível discernir algumas categorias que são fundamentais à prática educacional: o engajamento social, a relevância temática e a destinação política.

O indivíduo em estado de menoridade tem medo da liberdade e, por isso, camufla-se nos discursos superficiais, sobretudo quando se trata do sistema educacional, lança culpa no sistema, na escola, nos alunos, nos seus familiares, tudo isso se torna justificativa para se esconder atrás de uma prática educacional sem reflexão. É correto afirmar que num processo de busca por transformação da realidade não se pode ficar passivo diante do descaso dos gestores públicos. Por outro lado, conforme sugere Freire (1988), o educador deve ser capaz tecer uma autocrítica sobre a própria prática, não se deixar prender a uma zona de conforto.

O engajamento social do educador supõe assumir o caminho da formação para a autonomia. A força transformadora da ação do educador está na capacidade de dialogar com os educandos, no convencimento de que devem eles mesmos se engajar na luta por sua libertação da menoridade “é preciso que eles se convençam de que esta luta exige deles, a partir do momento em que a aceitam a sua responsabilidade total” (FREIRE, 1988, p. 55).

A sala de aula constitui-se em lugar privilegiado para a construção de teorias educacionais. Cremos que a prática que se constrói na ação-reflexão-ação é um jeito novo de pensar a educação, sobretudo, porque são os educadores na sua vivência de sala que viabilizarão a experimentação das teorias aprendidas. Com Boff (1993) se pode supor que toda teoria trás em si uma ideologia, recortes que deflagram uma visão de mundo, marcada pelo momento e lugar de onde é formulada, sobretudo, da visão de mundo de quem a circunscreve. Corretamente podemos supor que uma teoria construída a partir do gabinete terá configurações diferentes daquelas que se foram elaborando na práxis.

A explicação teórica científica não é a única forma de dizer a realidade. Ao acenar para a Práxis do educador, percebeu-se que sua colaboração não se dá somente a partir de métodos de averiguação, mas também de sua percepção, parte do real para elaborar teorias embrenhadas de vivências. Esta experiência pode tornar-se relevante na resposta a problemas concretos da escola. Para considerar “a destinação política da educação” faz-se necessário uma compreensão da conjuntura política nacional. Em primeiro lugar, porque as redefinições do projeto neoliberal de Estado a partir dos anos 1980. Teve como característica a negação dos conflitos de classes, supondo que não existe a divisão de classes sociais. Segundo Neves (2005), o Estado buscou conformar as massas ao estilo de vida urbano-industrial, assumiu o papel de Estado educador e

difundiu ideias e práticas de voluntariado para evitar que a indignação com as profundas injustiças sociais despertasse sujeitos de consciência política contestadores da ordem estabelecida.

Em segundo lugar, emergiu um problema ético: em função de quem se coloca a educação? Por quais causas lutam os educadores da escola? Zabala (2002) entende que toda atividade educativa veicula uma visão e um modelo de ser humanos e ainda, ideais, valores e pautas de comportamento que são reflexo de uma determinada concepção de sociedade. Na mesma linha, Boff (1993) todo saber está socialmente situado e politicamente orientado. No desenho de sua ação o educador deve ter em conta seu papel político e encaminhar o educando para a autonomia, ao que se comenta: “O saber pelo saber vale somente para a prática científica [...] no interior da Práxis, o saber não está finalizado em si mesmo, mas é função da solução de problemas concretos ou da satisfação de necessidades reais” (BOFF, 1993 p. 328).

Dadas considerações, pode-se supor que a destinação política da educação emana do engajamento político do educador e da escolha da metodologia que ilumina sua prática. Fazer uma opção consciente pela classe desprotegida e explorada será a diferença no desempenho de uma educação libertadora.

CAMINHO METODOLÓGICO

É uma pesquisa é qualitativa, com trabalho de campo exploratório sob o protocolo CEP/582. Tem como objetivo investigar o real da sala de aula e o imaginário das teorias educacionais, o resgate da situação sócio-político do sistema educacional. Foram utilizados como instrumento técnico de coleta de informações questionários aplicado em sala de aula com resposta individual e anônima. Neste trabalho participaram quarenta e sete (47) alunos num universo de cem (100) estudantes de três salas de primeira série de ensino médio. Esta metodologia contribui para a compreensão do objeto estudado e de sua complexidade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRÁTICA REFLEXIVA DOS PROFESSORES.

Nesta seção gostaríamos de apresentar um exemplo de elaboração de teoria a partir das categorias ação-reflexão-ação. No início do ano letivo de 2015 foram desenvolvidas algumas atividades na disciplina de filosofia para averiguar as perspectivas de futuro dos alunos da primeira série do ensino médio de uma escola de periferia de Presidente Prudente, SP. Participaram da sondagem quarenta e sete alunos de um universo de cem alunos de três classes da primeira série. Foram feitas as seguintes perguntas: quais são seus sonhos para o futuro? Como você vê sua escola? E, o que você espera de sua escola?

Após o levantamento e tabulação das respostas percebeu-se que 51% dos alunos sonham em fazer uma faculdade. Não foi intenção averiguar o tipo de curso, mas o que estão se propondo para o futuro. A partir do resultado será possível traçar estratégias de ensino para ajuda-los a se manterem focados em tal objetivo. Destes apenas 2% foram categóricos em afirmar em suas respostas “quer ser professor”. Os outros 47% deram respostas vagas e variadas como: ser rico, bem sucedido, ser famoso, constituir família e ter saúde.

Em relação à escola, como a veem? 61,7% simplesmente consideram-na “boa”. Os 16,1%, referem-se à escola e à atuação dos professores como “porta para o futuro”, lugar agradável e divertido”, “nela podem se expressar”, “tem alunos bons”, os professores “sabem ensinar”, “explicam bem”, “são competentes”. E, 8,5% expressaram opiniões negativas: “lugar de pessoas sem interesse”, escola “sem qualidade”, “uma prisão”; 13,7% dos alunos a consideram escola razoável em condições de melhorar.

Com esta averiguação evidenciou-se que 77,8% dos alunos acreditam na escola e veem nela um ambiente agradável de aprendizado, além disso, percebe-se que a grande maioria está interessada em aprender. O restante, 22,2%, embora tenham uma visão pessimista da escola não significou que não queiram aprender, a questão problema é o seu desinteresse pela escola, isto certamente é um elemento que pode dificultar muito o trabalho do professor, contudo, caberá à escola desenvolver estratégias para ouvir estes alunos e perguntar-lhes que tipo de escola quer e o que será possível realizar para que se sintam parte dela.

Ao questioná-los sobre o que esperam da escola obteve-se o seguinte resultado: 8,51% propuseram que a escola acolha sugestões para melhorar. 4,25% que a escola se torne referência de ensino de qualidade na cidade. Que a direção da escola deixe de irritar os alunos, 2,12%. Que os próprios alunos melhorem e se esforcem para o desenvolvimento de sua inteligência, 4,25%. Que a escola seja um ambiente tranquilo e sem problemas, 4,25%. Que os professores desenvolvam aulas práticas em laboratórios e promovam excursões e entretenimentos, 10,6%. Não responderam a esta questão, 2,2%. A maioria, 63,82% esperam que a escola melhore, ensine e encaminhem os alunos para um futuro melhor, que lhes transmitam conhecimentos e os prepare para o mundo do trabalho. Quão grande contribuição professores, cada qual atuando em sua área de conhecimento podem dar à educação, se fizerem da sala de aula lugar de investigação. Certamente, a tão esperada educação de qualidade estará em curso. O segundo será a mobilização para cobrar Políticas Públicas que garantam o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dadas considerações, infere-se que a destinação política da educação emana do engajamento político do educador e da escolha da metodologia que ilumina sua prática. Quão grande contribuição, cada qual em sua área de conhecimento podem dar à educação, se fizerem da sala de aula lugar de investigação. Certamente, é o primeiro passo para a tão esperada educação de qualidade. O segundo será a mobilização para cobrar Políticas Públicas que garantam o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.

Grande parte das teorias educacionais que sustentam o arcabouço bibliográfico das pesquisas atuais foi defendida, possivelmente em um período em que a escola era para poucos, sua realidade era absolutamente diferente, frequentavam-na os filhos das classes abastadas, os filhos dos trabalhadores eram obrigados a trabalhar para ajudar no sustento da casa. E, ainda, a explicação teórica científica não é a única forma de dizer a realidade. A práxis não se dá somente a partir de métodos de averiguação, mas também de sua percepção, parte do real para elaborar teorias embrenhadas de vivências.

Da perspectiva dos alunos, foi-lhes possibilitado dizer o que pensam da escola e contribuir para que se entenda que alguns discursos construídos acerca da educação estão distantes da realidade, conservando uma imagem ideal que não contempla a realidade complexa dos sujeitos que dele fazem parte, professores e alunos. O primeiro atua sobre tensões que vão de sala de aula à desvalorização de seu trabalho. Aos alunos, pelo descaso da gestão pública que acredita que educação se constrói com saliva, giz, cadeiras e mesas em uma sala mal ventilada e insalubre.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007, pp.620-623).

ABRAMOVAY, M. **Uma Prática Docente Iluminada pelas reflexões de Paulo Freire**. In: SAUL, A. M. (Org.). Paulo Freire: Um pensamento atual para compreender e pesquisa e questões de nosso tempo. São Paulo: Editora Articulação Universidade/ Escola, 2005, p.139 a 146.

BOFF, C. **Teologia e Prática: Teologia do Político e suas Mediações**. Petrópolis: Vozes, 1993.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, 2013.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KANT, E. **Resposta à Pergunta: Que é esclarecimento?** In:

<http://coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/b47.pdf> - Acesso em: 16. Mar. 2015.

NASCIMENTO, Gilberto. **Gasto do governo de SP com publicidade superou o de educação e segurança.** In: http://brasileconomico.ig.com.br/ultimas-noticias/gasto-do-governo-de-sp-com-publicidade-superou-o-de-educacao-e-seguranca_139115.html – Acesso: 21. Abr. 2015.

NEVES, L.M.W. (Org.). **A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.

ZABALA, A. **Enfoque Globalizador e Pensamento Complexo: uma proposta para o currículo escolar.** Porto Alegre: Artmed, 2002.